

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:  
subjetividade e integração social em Maracanaú (CE)**

***THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM:  
subjectivities and social integration in the Maracanaú county (Ceará, Brazil)***

---

Sandoval Alves Rocha

*Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (SARES-MA)*

**Resumo**

Este trabalho aborda as repercussões do Programa Bolsa Família nas subjetividades dos beneficiários no Município de Maracanaú-CE. Tem como objetivo destacar os rebatimentos do mencionado programa na configuração de ideais e identificações dos beneficiários, analisando como estas articulações subjetivas incidem nas suas ações e interações com a sociedade em que vivem. Entre os resultados, o estudo destacou a emergência de sentimentos positivos de realização e a projeção de melhores perspectivas para o futuro, assim como viabilizou a elaboração de projetos de ações no cotidiano, almejando lidar com as situações de pobreza. Ao lado dessas expressões subjetivas, a pesquisa visualizou também elaborações, que levam ao questionamento das reais possibilidades da superação da pobreza, uma vez que as situações de carência e vulnerabilidade social e a experiência com os serviços públicos precários (Educação, Saúde, Assistências Social, etc.) implicam medidas estruturais, que ultrapassam a esfera de um programa de renda mínima.

**Palavras-chave:** pobreza, renda, subjetividade, integração social

**Abstract**

This article treats about the influences of the Bolsa Família Program in the subjectivities of the beneficiaries in the Municip of Maracanaú-CE. Its objective is to stress the rebates of the program in the configuration of ideals of the beneficiaries, analyzing how these subjective articulations of ideals and their actions and interactions with society in which they live reflect. Among the results, the study stressed the emergence of positive feelings and the projection of better perspectives for the future, as well as it enabled the elaboration of action projects in daily life, viewing to face the situations of poverty. Besides these subjective expressions, the research also visualized elaborations that lead to the questioning of the real possibilities of superation of poverty, since the situations of want and social vulnerability, as well as the experience of deficient public services (Education, Health, Social Assistance, among others) imply more structural measures, that surpass the sphere of a program of minimum income.

**Keywords:** poverty, rent, subjectivity, social integration

## Introdução

A implementação do Programa Bolsa Família (PBF) se alinha às iniciativas de combate à fome e à pobreza, que ganharam visibilidade a partir da década de 1980, num contexto de desemprego estrutural no Brasil e no mundo capitalista. Desde então, “a discussão sobre os processos de pobreza e exclusão retornaram às preocupações centrais das ciências sociais, acompanhando também a agenda das agências internacionais” (Ivo, 2008, p. 110). Foi um período de intensa mobilização da sociedade civil brasileira que, através de inúmeros atores sociais, apareceu no cenário público apresentando suas reivindicações e configurando a redemocratização política (Doimo, 1995).

No início da década de 1990, diversas iniciativas da sociedade brasileira foram desenvolvidas, buscando responder às graves situações de privação e carência vividas por um grande segmento da população. Nesse sentido, emerge o debate em torno dos programas de transferência de renda, que ganha ênfase com a aprovação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM - Projeto de Lei nº 80/1991). Seguindo e reforçando este movimento, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) implementa o Programa Bolsa Família no começo do seu mandato, consolidando, dessa forma, a prevalência dessa modalidade de política social no Brasil (Silva, M., 2007).

Entre os estudos sobre o Programa Bolsa Família, realizados em diversos municípios do país, cada um expõe suas peculiaridades e potencialidades, um grande número vislumbra as repercussões nos âmbitos locais. Nesse sentido, abordaremos o PBF no Município de Maracanaú, que integra a Região Metropolitana de Fortaleza, no estado do Ceará.

Com o tema “Programa Bolsa Família: Subjetividade e Integração Social em Maracanaú-CE” pretendemos analisar as alterações subjetivas dos beneficiários do Município de Maracanaú promovidas pela inserção no corrente Programa. Trata-se de averiguar como o PBF viabiliza a emergência de atores sociais num contexto preciso, promovendo processos subjetivos e repercutindo nas estratégias de ação dos sujeitos, visando melhorar as suas condições de vida mediante uma melhor integração na sociedade contemporânea.

Para chegarmos a isso, exporemos, depois desta Introdução, o desenho estrutural do Programa Bolsa Família e os objetivos que ele pretende atingir. Recorreremos aos documentos oficiais do governo, assim como aos órgãos gestores do município, a fim de entender adequadamente o desenvolvimento do Programa, vislumbrando as repercussões no seu público-alvo. Num segundo momento, descreveremos como o mencionado Programa tem se adequado ao contexto social e econômico do Município de Maracanaú, destacando as suas características nesse cenário concreto.

Na quarta seção, analisaremos as representações dos beneficiários, vislumbrando a incidência do Programa na configuração de suas subjetividades. Sem pretender exaurir a

complexidade desta questão, observaremos as relações que os beneficiários estabelecem com a sociedade em que vivem a partir de sua inserção no Programa Bolsa Família. Para isso, levaremos em consideração as formas como os beneficiários vivenciam suas idealizações (Bertrand, 1989) nas interações diárias com a realidade. Concluiremos com algumas considerações finais, vislumbrando aspectos que mereçam ser aprofundados em estudos posteriores.

### **O Programa Bolsa Família, afinal do que se trata?**

O Programa Bolsa Família constitui uma política de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (rendimento mensal *per capita* varia entre R\$70,00 e R\$140,00 reais) e extrema pobreza (rendimento mensal *per capita* até R\$70,00 reais). Este programa representa uma das estratégias do Estado brasileiro na busca por assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a construção da cidadania da população socialmente vulnerável (Brasil, 2011a).

Esta finalidade do PBF implica estratégias que se desdobram na promoção do acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social. Vislumbra também o apoio ao desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e o combate à desigualdade (Senarc, 2006)<sup>1</sup>. Trata-se de uma iniciativa do governo federal, em parceria com os governos estaduais e municipais, instituída em 20 de outubro de 2003, através da MP nº 132 (Brasil, 21/10/2003) e convertida na Lei nº 10.836/04 (Brasil, 12/01/2004).

O PBF é constituído basicamente por três eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. O primeiro eixo se propõe a aliviar a pobreza, e leva em consideração a renda familiar (limitada a R\$140,00 reais), o número e a idade dos filhos. Atingindo um público de 3.615.596 milhões de famílias, no seu primeiro ano de funcionamento, o PBF atende, atualmente, a mais de 12 milhões de famílias em todo o território nacional, sendo o principal programa de transferência direta de renda do Brasil e um dos maiores do mundo (Moreira, 2011).

As condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. São as contrapartidas assumidas pelos beneficiários. O seu descumprimento ocasiona efeitos gradativos que vão desde a advertência da família, passando pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento se o descumprimento for repetido em cinco períodos consecutivos (Brasil, 2011b).

Os programas complementares, terceiro eixo do PBF, objetivam o desenvolvimento econômico e social das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a

<sup>1</sup> Secretaria Nacional de Renda e Cidadania: constitui um órgão público vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS).

situação de pobreza e vulnerabilidade social. Trata-se de ações regulares, ofertadas pelas três esferas de governo – União, Estados e Municípios – e pela sociedade civil, voltadas ao desenvolvimento das capacidades dos beneficiários. Busca-se, com essas ações, complementar e potencializar os impactos proporcionados pelas transferências de renda.

O Decreto nº 5.209/04 (Brasil, 29/09/2004), que regulamenta o PBF, estabelece uma instância responsável pelo controle social (ICS), oportunizando a participação da sociedade na sua implantação e funcionamento. Trata-se de um instrumento de constituição paritária (50% do governo + 50% da sociedade civil), cujos representantes da sociedade civil podem ser provenientes de organizações, como movimentos sindicais, associações profissionais e empresariais, instituições religiosas, movimentos populares, associações comunitárias e organizações não-governamentais, populações tradicionais existentes em seu território (indígenas e quilombolas), beneficiários do PBF, entre outros.

O Programa chama atenção não somente por inserir os problemas da fome e da pobreza na agenda pública nacional (Weissheimer, 2006), mas também devido ao “ineditismo da ampla cobertura” (Ivo, 2008). O Programa representa uma política social de abrangência nacional, presente em todas as regiões do Brasil, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas com renda mensal *per capita* de até R\$140,00 reais. A região Nordeste do país é aquela com o maior número de beneficiários (51,05%) e a região Centro Oeste possui o menor número de famílias contempladas (5,57%). A segunda região mais favorecida é a região Sudeste (24,76% dos beneficiários). O terceiro e o quarto lugar em número de bolsas são ocupados pelas regiões Norte e Sul, respectivamente.

Para aprofundar a pesquisa, faz-se necessário descrever a implementação do Programa Bolsa Família em Maracanaú, objeto da próxima seção.

### **O Programa Bolsa Família no Município de Maracanaú**

A história de Maracanaú registra a Lagoa de Maracanaú como o lugar em torno do qual surge o núcleo populacional que deu origem ao município, remetendo-nos à década de 1870 (Sousa, 1996). Situado na região nordeste do Brasil, onde historicamente se instalaram elevados índices de pobreza (Rocha, 2003), Maracanaú possui hoje 209.057 mil habitantes (IBGE, 2010). Os índios Pitaguaris são identificados como sendo os moradores mais antigos da região, responsáveis pelo surgimento da Aldeia Nova, que virou, em 1882, Vila de Santo Antônio do Pitaguarí. Atualmente, os Pitaguaris constituem um grupo de cerca de 3000 pessoas instaladas no município.

A atuação da municipalidade na assistência social tem atraído atenção de agências internacionais de notícias (Agência Lusa, El País) que buscaram conhecer o Sistema de Proteção Social instalado no território. A comitiva do jornal espanhol El País, por exemplo, percorreu vários bairros, constatando o desafio da erradicação da pobreza e registrando as melhorias que o PBF trouxe para as famílias mais carentes, garantindo ao menos a

alimentação de cada dia e proporcionando melhores oportunidades de trabalho para as futuras gerações (Barón, 2009).

O Cadastro Único<sup>2</sup>, implementado em Maracanaú a partir de 2002, indicava, na época, um contingente de quase 30 mil famílias em situação de vulnerabilidade social, enquanto o Programa Bolsa Família, instituído no município em 2003, contemplava mais de 20 mil famílias (SASC<sup>3</sup>, 2005). Constatou-se, atualmente, que o PBF abrange um contingente de 22.158 famílias em Maracanaú, totalizando uma cifra de 55,20% da população inscrita no Cadastro Único (41.118 famílias)<sup>4</sup>.

Atualmente, o Programa Bolsa Família contempla cerca de 38% (22.158 famílias) da população do município<sup>5</sup>, caracterizado por acentuadas contradições sociais, ressaltando a necessidade de vigorosa intervenção do Estado no sentido de melhorar as condições sociais de significativa parcela de seus habitantes.

O êxito das políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, depende das suas capacidades de interagir com as potencialidades culturais e humanas do contexto local, buscando dialogar com a realidade, respondendo às demandas nelas inscritas. De acordo com o Cadastro Único (Julho, 2011), verifica-se que 97,10% dos titulares do PBF no município de Maracanaú são do sexo feminino, representando um contingente de 21.515 famílias. Confirma-se, desta forma, a prioridade da mulher como titular do benefício do programa em tela. Importa perceber que, num contexto de cultura ocidental, marcado pelo patriarcalismo, em que os papéis de gênero estão socialmente definidos a favor da dominação masculina (Suplicy, 2002), a prioridade de mulheres no auferimento dos benefícios pode desembocar em constrangimentos familiares ou mobilizar os beneficiários para uma ruptura com a cultura predominante.

Do ponto de vista da infraestrutura, a iluminação utilizada majoritariamente nos domicílios das famílias beneficiárias é proveniente da rede pública, perfazendo um percentual de 71,82% das famílias (15.918 famílias) do Programa. Outro aspecto que se destaca no perfil dos beneficiários diz respeito à escolaridade. Os maiores índices percentuais entre os titulares do benefício do Bolsa Família pertencem aos que cursam entre a 5ª e a 8ª série (28,12%). Em seguida, apresentam-se aqueles que fizeram até a 4ª série (22,55%) e os que possuem o Ensino Médio completo (19,46%). Em geral, há beneficiários nos diversos níveis de estudo (inclusive na pós-graduação), mas nota-se a tendência de uma menor incidência nos níveis mais elevados.

A valorização dos estudos, por parte dos beneficiários, converge para o fato de que a

---

2 O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>> Acesso em: 26 mar. 2013

3 Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Município de Maracanaú.

4 Dados obtidos no Cadastro Único (6/2011). Acesso realizado mediante o Gesuas (Gestão do Sistema Único de Assistência Social de Maracanaú).

5 A média de moradores por família no município de Maracanaú é de 3,61 pessoas (IBGE, 2010).

compra de material escolar representa um dos principais gastos realizados com os recursos do Programa (Weissheimer, 2006). Ademais, o baixo nível de escolaridade dos titulares do programa pode explicar a alegria das mães beneficiárias em ver os filhos frequentando a escola, revelando a satisfação de saber que eles têm o que elas não puderam ter. Esta situação repercute subjetivamente, forjando sonhos e expectativas nessas pessoas cujas vidas são marcadas por grandes dificuldades econômicas e sociais.

Apresentadas as características do município de Maracanaú, podemos abordar a subjetividade dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

### **O Bolsa Família em Maracanaú: subjetividade e integração social**

Analisar as subjetividades dos beneficiários do Programa Bolsa Família implica indicar até que ponto este Programa potencializa a aparição de sujeitos dotados de capacidades de agir sobre a realidade que os circunda, mesmo estando condicionados pela situação de pobreza. Trata-se de focar os movimentos subjetivos revelando a presença de identidades que se reestruturam constantemente em meio às condições sociais, rebatendo nas relações estabelecidas com a sociedade.

Baseando-nos na reflexão de Bertrand (1989), vislumbramos as construções simbólicas dos beneficiários frente à realidade social que os envolve. Para essa autora, nos estudos sobre a sociedade, uma abordagem crítica do mundo simbólico dos atores sociais faz-se relevante, uma vez que estamos lidando não somente com a constituição de subjetividades, mas também com a capacidade de os sujeitos forjarem projetos de ação para intervirem na sua realidade, produzindo e reproduzindo as relações sociais do sistema que os situam. Assim, esta autora explicita a estreita relação entre a ação social e o seu delineamento subjetivo. Para ela, “as representações, para serem socialmente eficientes, devem também ser subjetivamente eficientes” (Bertrand, 1989, p. 22).

A autora destaca que a relação entre a subjetividade e a realidade social aparece a medida que o imaginário revela-se como a esfera onde o homem alcança sua realização de forma antecipada, ou seja, o âmbito simbólico constitui o domínio onde o ser humano supera idealisticamente os sofrimentos infligidos por uma realidade social contraditória, satisfazendo seus interesses e necessidades mais profundas e tomando-se como um ser realizado. Podemos ver nos ideais os reflexos do desejo humano de realização e, ainda, de sua interação com a realidade social.

No imaginário simbólico dos beneficiários identificamos representações que dizem respeito às suas condições sociais. Trata-se de idealizações, sonhos e expectativas ligadas a contextos precisos, que adquirem importância na configuração de suas subjetividades e de seus projetos de ação. Isto nos leva a perceber que a inserção no Programa Bolsa Família, na medida em que potencializa sonhos e expectativas de melhores condições de vida, viabiliza a expressão de sujeitos portadores de identidades e vontades em meio a um mundo

social cujos sistemas político, econômico e jurídico encontram-se pautados em princípios marcadamente excludentes, onde os pobres não têm vez nem voz (Telles, 1999).

Sobre a importância do Programa no futuro de sua família, uma entrevistada<sup>6</sup> destaca o valor dos estudos. Aprofundando a sua resposta, ela diz:

Sem o estudo, não tem futuro nenhum a vida da gente. Tem que estudar! Tem um emprego bom, né! Emprego! Tem muita coisa! Com o estudo melhora a vida da gente. Com o estudo você pode trabalhar numa coisa boa! Ter seu próprio dinheiro, né! Sem estudar, você não consegue emprego. É difícil conseguir! Estudando, já melhora a situação! (Margarida, 55 anos, R\$112, 00).

Este depoimento revela uma expectativa bastante comum entre os beneficiários. Verifica-se uma construção idealizada sobre a educação que é impulsionada pela inserção no Programa Bolsa Família, uma vez que a frequência escolar dos filhos dos beneficiários constitui uma das condicionalidades. Embora esta postura a respeito da educação seja questionável na sociedade atual, uma vez que se constata que os estudos não promovem automaticamente a inserção no mercado de trabalho, nem a melhoria das condições sociais de vida, ela habita com frequência o imaginário do homem moderno, assumindo contornos especiais nas percepções dos beneficiários do PBF, para os quais a educação dos filhos constitui um feito muitas vezes inacessível.

A relação estreita entre as representações dos beneficiários e a inserção no PBF também se expressa nas interações com as pessoas mais próximas, reforçando os vínculos de solidariedade nos grupos familiares. Neste sentido, podemos citar a seguinte fala:

Meu sonho era de eu ir comprando um materialzinho pra construir um cantinho pra o meu sobrinho, sabe. Esse que vive no meio do mundo, no meio da rua! Isso aqui (a casa) não é meu não. Isso aqui é do meu marido. É da família dele. Eu não conto com isso, não, sabe. Um quartinho, um canto pra mim mesmo, sabe! (Gonçala, 43 anos, R\$68,00).

Este reforço coletivo de tipo familiar nos remete a um intento básico do PBF. Este Programa, quando elege a família como foco de atuação, busca, entre outras repercussões, promover os vínculos parentais, firmando uma rede de proteção contra a pobreza e outras situações de vulnerabilidade social. Teixeira (2009), ao abordar as ambiguidades deste fenômeno, destaca um possível reforço dos laços familiares tradicionais, não deixando de frisar aspectos negativos, tais como a elaboração de grandes expectativas em relação às famílias socialmente fragilizadas, atribuindo-lhes a responsabilidade pelo equacionamento das contradições sociais do mundo moderno.

Destaca-se no Programa Bolsa Família o papel atribuído à mulher, na medida em que

---

<sup>6</sup> Mantemos o anonimato dos beneficiários adotando nomes fictícios nos trechos de entrevistas apresentados.

ela é priorizada como titular no recebimento dos recursos. A partir deste aspecto, é possível vislumbrar em programas como o PBF o estímulo à alteração da hierarquia de poder no âmbito familiar, entre homens e mulheres (Justo, 2007). Numa cultura pautada pela dominação masculina, esta percepção de certa forma contraria o modelo homem-provedor/mulher-cuidadora. Sendo as mulheres as administradoras do dinheiro da família, elas passam gradativamente a abandonar a posição de submissão diante dos maridos, ganhando mais autonomia.

Contribuindo na gestão das finanças da casa, as mulheres, ao invés de terem de pedir aos maridos o dinheiro para as compras da casa e de justificarem os gastos realizados, ajudam nas despesas domésticas e dão sugestões no sustento da família. Tudo isso desemboca na emergência de sentimentos de satisfação e na elevação da autoestima das mulheres. Desta forma, pode-se perceber que, se de um lado, o Programa Bolsa Família promove a integração dos seus beneficiários na sociedade moderna, de outro lado, nota-se que ele ocasiona rupturas com os padrões sociais próprios do mundo moderno marcado pela dominação masculina.

Bertrand destaca também a importância dos ideais não somente para a mobilização subjetiva, mas também no desempenho de ações concretas. A autora visualiza a relação entre os ideais e o agir humano, frisando que nenhuma ação é feita sem uma base emocional e assegurando que o agir não é apenas fixar um objetivo racional, mas consiste em colocar em funcionamento o poder da imaginação (Bertrand, 1986). Trata-se de conceber os ideais como elementos que inserem os sujeitos na ação, estimulando-os a intervirem na sua realidade. Estas realizações, embora não apareçam como grandes feitos de repercussão midiática, constituem fenômenos subjetivamente significativos para os que os vivenciam. Destacamos, como exemplo, o relato da beneficiária:

Bem interessante! A gente tinha uma televisãozinha aqui em casa, que era pequenininha. A bichinha só vivia dando o prego! Só vivia dando o prego! Ai, eu, “ah, um dia eu ainda vou comprar uma televisão pra mim! Mas, ai, como eu sou de fazer conta, eu vou deixar, eu vou juntar, vou pegar, todo mês, quando eu for receber o Bolsa Família, eu vou pegar uma parte desse dinheiro e vou guardando até dá o valor da minha televisão”! Assim eu fiz (risos) e comprei! Pra mim, foi uma realização, não pra mim, mas pra eles! Porque eles não saem porque eu não deixo eles soltos na rua, então, pra que eles não vá para as casas dos outros, assistir, então, mamãe vai fazer um esforço de comprar a televisão de vocês com o dinheirinho de vocês! Tá aí, comprei! É de vocês! Então, foi uma realização!

Eles (os filhos) viram e acharam bonita, a televisão, a tela, aquelas de vinte e uma, né, bonita, grandona! Até então, a daqui de casa era pequenininha, né (risos)! Acharam bonita! “ah, mãe, essa aqui tá boa!” Quando a gente vier comprar, porque eu gosto de pesquisar, primeiro, os preços. Pra não chegar e dizer “tá aqui!”, né. Vamos lá olhar tudinho, onde a gente achar a loja mais



barata, mais em conta, de acordo com o que a gente tem pra pagar, né! Eles não são muito de exigir, não, sabe! Graças a Deus, eles compreendem tudo! (Marcelina, 29 anos, R\$134,00).

Nesta descrição, chama atenção o vínculo entre os ideais, estimulados pelo desejo de realização, e a sua repercussão no agir da beneficiária, levando-a a estabelecer uma meta e a planejar a maneira de alcançá-la, tomando os recursos do Programa Bolsa Família como importante instrumento. Reforça-se, portanto, as considerações de Bertrand, que concebe os ideais como matriz mobilizadora de subjetividades para a ação.

Nesse relato, reconhecemos também as elaborações de Schutz (1974), na medida em que ele concebe a ação humana como “processo em curso que é idealizado de antemão pelo ator, ou seja, que se baseia num projeto preconcebido” (Schutz, 1974, p. 86). Para este autor, o agir constitui um atributo do sujeito portador de autonomia, capaz de elaborar estratégias para intervir na realidade que o cerca. A elaboração de um projeto de ação, e sua concretização, está atrelada às habilidades e aos conhecimentos adquiridos pelo sujeito no convívio com os outros, através da própria experiência de vida, da cultura e das condições sociais em que ele se insere. Neste sentido, podemos constatar, no relato acima, que o PBF não somente estimulou e potencializou a elaboração de um sonho, mas também proveu os recursos que, utilizados de forma planejada, foram necessários para a realização de um projeto preconcebido.

O relato também nos fornece elementos para inferir que a ação em curso ocorre em um contexto essencialmente intersubjetivo. Os sujeitos não se encontram isolados no mundo, mas vivem como humanos e com humanos, o que implica, para Schutz, a constituição de um “mundo de cultura” baseado em sistemas de sentido e significância que necessitam ser interpretados. Berger e Luckmann (2005), ao estudarem a construção dos sentidos nas sociedades modernas, ressaltam a importância destes sistemas de significado para que os sujeitos possam orientar-se “numa situação cheia de opções e diante da necessidade de tomar decisões” (Berger; Luckmann, 2005, p. 7).

Os padrões de condutas e dos conhecimentos socialmente construídos implicam uma infinidade de interações sociais, tanto no nível micro e próximo da família quanto no âmbito macro, mais anônimo e distante, no bairro e na sociedade. A articulação com estas esferas sociais pode ser vista no relato acima à medida que vimos que o sonho realizado (compra de uma nova televisão) mobilizou não somente a esfera subjetiva da beneficiária, mas também o âmbito das relações familiares, das relações com os vizinhos e com a sociedade capitalista.

A elaboração de projetos de ação como fator que visibiliza a emergência de sujeitos é ressaltada na fala seguinte:

O plano mesmo que eu estou pensando é juntar o dinheiro e construir uma casa pra eu morar. Comprar o material todos os meses. Comprar aquele tanto de tijolo, ou telhas e botando no canti-

nho. Porque você sabe que eu moro no aluguel, e eu tenho que responder todos os meses! Tenho que pagar, se não pagar vai pra rua! Eu tenho minha casa, mas não posso morar, lá!

A senhora acha que o Bolsa Família pode ajudar neste projeto?

É (pensativa). Pode! A gente recebendo todos os meses, direitinho! Dá pra pegar aquele dinheirinho! Mesmo que todos os meses não dar pra comprar. Pega duzentos, cento e cinquenta, bota ali! Compra uma telha, bota ali! Quando tiver tudo, aí já constrói, pelo menos um barraco! (Valda, 45 anos, R\$112,00).

Neste relato, a beneficiária lida com a expectativa de construir uma casa para morar e considera o Programa Bolsa Família como um meio que lhe possibilita a realização deste propósito. Vemos a emergência de sujeitos capazes de projetar e influenciar a sua realidade, além de entrever as relações intersubjetivas imbricadas ao longo da ação em curso.

Estes sujeitos que emergem através do mercado na sociedade moderna não deixam de chamar a atenção dos setores industriais, comerciais e financeiros. Os meios de comunicação veiculam constantemente a chegada ao mercado das classes de baixa renda, que abrangem as pessoas beneficiadas por programas sociais do governo. Destaca-se a preocupação desses setores em criar alternativas acessíveis a estes segmentos sociais, que buscam satisfazer as suas necessidades recorrendo ao comércio (Classes, 2010) e ao setor financeiro (Sistema, 2011). Esta integração com a sociedade se processa repercutindo subjetivamente nestas pessoas que, sendo provenientes de situações de miséria e pobreza, têm a oportunidade de acessar o mínimo para sobreviver e abrirem-se ao mundo moderno caracterizado pelo mercado, a tecnologia, o sistema educacional, os serviços de saúde etc.

Neste processo de criação e fortalecimento dos vínculos entre os beneficiários e a sociedade moderna, os programas complementares desempenham importante papel, promovendo a educação, a capacitação profissional, o acesso ao trabalho, à cultura, ao microcrédito etc. Possibilitando uma maior integração social dos beneficiários com a sociedade, estes programas oferecem oportunidades e condições para a superação da pobreza de forma sustentável (MDS).

As pesquisas de Hespanha e Matos (2000) vislumbram a importância dessas iniciativas diante dos efeitos do desemprego e da derrocada do Estado de Bem-Estar Social. Conhecidos como “políticas de ativação social”, estes programas priorizam a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, merecendo destaque a possibilidade de se levar em conta as situações particulares de cada trabalhador desempregado, desenvolvendo as suas capacidades e habilidades pessoais. Além disso, projeta-se a inclusão no tecido social, vislumbrando atividades de cunho cultural. Convém destacar neste processo não somente o acesso dos beneficiários aos bens e valores da modernidade, e a inserção no dinamismo do mercado, mas também a dimensão subjetiva dos atores, num movimento de auto-realização:

É um programa muito importante! Tem muita importância pra mim, pra minha família, porque a gente acabou que, como a gente disse, a gente realizou um sonho de comprar um televisorzinha! Tem muita importância! É um programa de muita importância mesmo! (Marcelina, 29 anos, R\$134,00).

Os beneficiários, com frequência, ressaltam a importância do Programa Bolsa Família, elencando os produtos adquiridos através do recurso recebido. Neste sentido, podemos dizer que o Programa constitui um significativo meio de acesso ao consumo de bens e serviços, considerados imprescindíveis na vida moderna. Uma beneficiária revela que, através do Programa Bolsa Família, ela garante o abastecimento de água e de energia. Aprofundando sua resposta, ela destaca a importância da energia elétrica:

Pra ser sincera, é muito ruim quando tá faltando energia. A gente não gosta, né! É muito ruim! É bom a gente ter energia, porque hoje em dia tem usos, tem televisão, som, DVD, geladeira, então, se não tivesse energia seria muito ruim! Então, eu prefiro pagar energia do que eles virem, cortarem e eu ficar sem energia!

Como a senhora imagina uma casa sem energia?

Afff! Não quero nem pensar! E ainda mais aqui neste bairro, que tem muita muriçoca! Ai, sem o ventilador, ninguém não dorme! À noite, tudo claro, é muito bom! Quando tá faltando energia, a gente acha muito ruim, porque fica muito escuro e muito deserto! Então, a gente corre mais perigo, ainda, com tudo escuro! Fica mais fácil dos ladrões chegarem e saquear a casa da gente! (Maria, 26 anos, R\$90,00).

Esta fala confirma o fato de que o sujeito recorre ao Programa Bolsa Família para acessar serviços e mercadorias típicas da sociedade moderna. Merece menção os estudos de Arjun Appadurai que, analisando os processos de circulação das mercadorias nas sociedades, afirma que “o próprio capitalismo é uma formação cultural e histórica e que, nessa formação, as mercadorias e seus significados desempenharam um papel crucial” (Appadurai, 2008, p. 69). O autor destaca não somente a função das mercadorias que colocam em funcionamento o sistema mercantil das sociedades capitalistas, mas também, e, sobretudo, a importância das mercadorias enquanto portadoras de significados, sendo meios de comunicação intersubjetiva e intergrupais, possibilitando, assim, a emergência e a expressão dos sujeitos nos seus contextos sociais.

O relato da beneficiária mostra alguns elementos que enfatizam a importância da energia elétrica na sua vida e na do seu bairro. Trata-se de destacar a percepção da entrevistada frisando o fato de que este produto/serviço potencializa e promove o uso de

outros produtos, tais como televisão, som, DVD, geladeira e ventilador. Usando expressões como “escuridão”, “deserto” e “perigo”, a beneficiária indica as alterações que acarretaria a falta da energia elétrica, repercutindo na sua rotina e na vida do seu bairro, modificando a interação com a sociedade em geral e as relações sociais mais próximas.

Os estudos de Appadurai indicam que “o consumo é eminentemente social, relacional e ativo, em vez de privado, atômico e passivo” (Appadurai, 2008, p. 48). Para este autor, a demanda, ou o consumo, não diz respeito meramente aos caprichos ou às necessidades individuais, mas trata-se de um impulso socialmente regulado, cuja geração invoca uma complexa articulação entre os diversos setores de uma sociedade (políticos, econômicos, culturais), de forma que consumir implica participar de uma ampla e dinâmica rede social. Para explicitar o dinamismo social implicado no consumo, fazemos alusão ao seguinte relato no qual a beneficiária inicia respondendo sobre a possibilidade do Programa Bolsa Família proporcionar algum tipo de segurança na sua vida:

A segurança que eu tenho é que eu não vou ficar sem o meu gás, até ser cortado (gargalhadas)! Principalmente no inverno! Imagine aí, você sem gás, ter que ficar cozinhando no carvão se ninguém faz carvão no inverno! Eu tenho costume de dizer, Deus me perdoe, que sem o gás eu tô sem as minhas pernas (risos)!

Quem usa gás pode se sentir melhor do que as pessoas que usam carvão?

Não! Eu acho que é uma burrice! Eu acho uma burrice porque no caso, assim, eu acho que a pessoa que usa carvão gasta mais do que quem compra gás! Gasta mais, porque você compra uma saca de carvão por onze ou doze reais. Se você for comprar, por exemplo, uma saca de carvão, dá pra você cozinhar três ou quatro dias. Se for comprar o mês todinho, cada três dia uma saca de carvão vai dá mais do que um botijão de gás no mês! Vai gastar mais do que um botijão de gás! O botijão de gás é mais vantagem porque você vai gastar trinta e cinco reais pra usar o mês todinho, com o gás! Entendeu? E com o carvão, é isso que eu tô dizendo, você vai comprar uma saca por onze ou doze reais pra usar dois ou três dias. Assim, quem vai usar pra tudo, pra fazer café de manhã, pra poder fazer o almoço, à tarde fazer a merenda, à noite fazer a janta, o máximo é três dias! Ai, ainda tem o caso de você morar com o vizinho de parede-meia, arranja confusão porque faz fumaça! Eu morava ali, e arranjava muita confusão, porque o povo reclamava porque fazia fumaça! Já aconteceu! Confusão por causa de fumaça! Eu morava parede-meia e quando fazia fumaça, arranja confusão! (Ana Clara, 24 anos, R\$66,00).

A beneficiária destaca neste depoimento a importância da obtenção do gás de cozinha através do recurso proveniente do Programa Bolsa Família, frisando a sua utilidade prática na vida cotidiana. Ressaltando o fato de que o recurso promove uma “segurança”, ainda que seja mínima, a entrevistada nos remete a uma sensação experimentada por um

número expressivo de beneficiários pesquisados, confirmando um parecer também expresso no discurso dos gestores. Esta situação foi constatada nas pesquisas de Rego (2006) que, estudando o impacto dos programas de transferência de renda nas vidas dos beneficiários, frisa que “comparece nas falas a sensação de capacitação mínima para programar a própria vida, antes impossível, pois parte do tempo era obrigatoriamente dedicado a ‘caçar comida’” (Rego, 2006, p. 2).

O consumo do carvão ainda possui bastante incidência na cozinha dos mais pobres, representando uma prática de forte significado social. A beneficiária, no entanto, recorrendo ao argumento financeiro para desqualificar o uso do carvão, se expressa de forma pejorativa em relação a esta prática. Entendemos que esta reação implica conferir um *status* socialmente inferior àqueles que fazem uso do carvão de cozinha. Com efeito, o antropólogo Arjun Appadurai (2008) analisa a demanda dos artigos, atribuindo-lhes um uso retórico e social. O autor sugere, então, que, dependendo do contexto em que nos situamos, qualquer mercadoria pode sintetizar o significado social contido nos bens de luxo, atribuindo distinção e *status* aos consumidores.

Nesta linha de argumentação, remetemo-nos também a Douglas e Isherwood (2009), que destacam o consumo como fator que visibiliza categorias socialmente determinadas. A postura destes autores converge para uma leitura cultural do consumo, focando o seu caráter simbólico portador de significados. Para eles, “dentro do tempo e do espaço disponíveis, o indivíduo usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja na cidade ou no campo, nas férias ou em casa” (Douglas; Isherwood, 2009, p. 116).

Isso mostra que o Programa Bolsa Família potencializa os seus beneficiários ao ingresso na sociedade moderna, colaborando para que eles participem de forma mais ativa nas relações sociais, levando em conta suas habilidades e capacidades acumuladas ao longo de suas biografias pessoais. O mencionado Programa, na medida em que contempla os mais pobres, caracterizados pela destituição (Telles, 1999), tem colaborado para que os seus beneficiários apareçam no sistema social enquanto sujeitos portadores de identidades e subjetividades.

### **Considerações finais**

A abordagem realizada ao longo deste trabalho, que buscou situar o Programa Bolsa Família no contexto social e econômico do Brasil e mais especificamente do Município de Maracanaú-CE, averiguou sua repercussão nas vidas dos beneficiários, sugerindo alguns apontamentos conclusivos que nos parecem pertinentes. As informações oferecidas pelos beneficiários do PBF, assim como os dados obtidos junto aos órgãos implementadores, no nível municipal, e ainda os subsídios adquiridos no contato com o contexto vital dos entrevistados, nos permitem explicitar repercussões no mundo subjetivo, nas ações e na

interação dos beneficiários com e na sociedade em que vivem.

O PBF constitui importante objeto de estudos devido à pertinência do objetivo que se propõe, qual seja, combater a pobreza. Mas esta relevância do Programa é tributária também de um debate nacional e internacional a respeito dos programas de transferência de renda. No Brasil, tendo sido iniciado na década de 1990, este debate tomou proporções significativas, repercutindo na configuração do estado brasileiro e em diversas dimensões das vidas dos beneficiários (subjetividade, sociabilidade, protagonismo, etc.).

Importa realçar que o mencionado Programa, mesmo apresentando inúmeras limitações (baixo valor auferido, abrangência insuficiente em relação ao conjunto de potenciais beneficiários, precariedade dos programas complementares, não se constituir um direito adquirido etc.), tem influenciado positivamente as vidas cotidianas dos beneficiários que vivem em situações de miséria e pobreza, sobretudo por ser, em muitos casos, a única renda familiar segura, chegando a representar o principal meio de manutenção da vida.

A pesquisa ratifica esta assertiva, destacando os estudos de vários especialistas (Zimmermann, 2006 e Rego, 2008; 2006) que atribuem ao PBF o mérito de promover o direito à vida. Esta constatação ainda é confirmada à medida que verificamos que o recurso proveniente do Programa é usado, sobretudo, na compra de alimentos, indicando que um grande percentual dos beneficiários vive em situação de extrema pobreza, encontrando-se em condições nas quais não há nem a garantia de manutenção física. Mesmo considerando as limitações da abordagem sobre a pobreza que se baseiam na renda, distinguindo os pobres dos extremamente pobres, Rocha (2003) frisa que essa abordagem ainda é válida em países como o Brasil, que possuem contingentes significativos da população vivendo em situação de insegurança alimentar. A relevância desta constatação para a nossa pesquisa está no fato de sabermos que a manutenção da vida constitui o pré-requisito básico para, a partir daí, se vislumbrar qualquer outro aspecto da existência cotidiana dos beneficiários do Programa em questão.

Percebemos repercussões subjetivas do Programa se expressando na elaboração de sonhos de um futuro melhor para si e para a família; na auto-realização experimentada em poder adquirir um bem ou um serviço desejado; no sentimento de segurança mínima em contar mensalmente com um rendimento para satisfazer as necessidades mais elementares, proporcionando tempo e disposição para buscar formas de complemento de renda; na sensação de serem reconhecidos pelo governo etc.

As subjetividades dos beneficiários rebatem nas suas atitudes, ações e estratégias. Com efeito, constatamos a realização de projetos de ação, tendo como suporte os recursos disponibilizados pelo Programa, ensejando concretizar sonhos pessoais e familiares, ou simplesmente visando a dar prosseguimento a estratégias de sobrevivência diante das precárias condições de vida. Estes projetos acionistas potencializam a emergência de sujeitos, considerando as habilidades e singularidades determinadas pelas suas situações biográficas. A dialética entre estas articulações subjetivas (sonhos, identificações,

autoestima etc.) e objetivas (projetos, ações, intervenções na realidade) implica a realização de interações com mecanismos (políticos, econômicos e sociais) mais abrangentes que conduzem a sociedade como um todo. Trata-se de interações mediadas pelo Estado, pelo consumo, pela educação formal, pela qualificação profissional e outros, operadas dentro do sistema social contemporâneo.

Mesmo repercutindo de forma significativa nas formações subjetivas dos beneficiários, o valor do benefício alocado pelo Programa ainda é pouco representativo para o objetivo a que se propõe, qual seja, o combate à pobreza. Este fato é ratificado por vários estudos (Zimmermann, 2006; Justo, 2010) e, ainda, nas formulações dos órgãos implementadores do Programa. O recurso auferido tem provocado importante impacto no equacionamento da miséria, ou extrema pobreza, possibilitando a aquisição dos alimentos mais básicos; no entanto, ressalta-se que a erradicação da pobreza implica a necessidade de se elevar o valor do benefício e melhorar a integração do Programa com os mecanismos públicos de maior complexidade social (saúde, educação, emprego, habitação etc.).

Nessa discussão, destaca-se a progressiva ampliação do Programa Bolsa Família em relação aos programas de transferência de renda anteriormente implementados. No primeiro ano de funcionamento, o PBF beneficiou um público de 3.615.596 de famílias, enquanto atualmente seu público abrange um universo de mais 12 milhões de famílias em todo o território nacional. Esta evolução do Programa tem sido observada por alguns estudiosos (Justo, 2010; Silva, J., 2010; Suplicy, 2010), que preveem sua universalização, rumo à vigência da Lei da Renda Básica de Cidadania, sancionada em 2004.

Perante o dinamismo social já explicitado e as expectativas acima expostas, confiamos no poder de mobilização da sociedade civil que, da mesma forma que colocou o problema da pobreza na agenda política da sociedade contemporânea, ainda possui a criatividade e o poder necessário para gerar espaços onde as diversas subjetividades e identidades possam apresentar-se para realizar as suas reivindicações ensejando melhores condições de existência.

## Referências

- BARÓN, Francho. **El Plan Social de Lula entra em Campaña**. Madrid, 24 ago. 2009. Disponível em: <[http://elpais.com/diario/2009/08/24/internacional/1251064807\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2009/08/24/internacional/1251064807_850215.html)> Acesso em: 26 mar. 2013
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido**. A orientação do homem moderno. Trad. Edgar Orth. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BERTRAND, Michèle. O Homem Clivado – A Crença e o Imaginário. **Enciclopédia Aberta da Psique**, São Paulo, n. 4, 1989, p. 15-40.
- BRASIL. MP nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21/10/2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/bolsa-familia/medidas-provisorias/2003/Medida%20Provisoria%20no%20132.pdf/view>> Acesso em: 26 mar. 2013

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Regulamento. Conversão da MP nº 132, de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12/01/2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)> Acesso em: 26 mar. 2013

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29/09/2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)> Acesso em: 26 mar. 2013

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Fome Zero: conceito**. Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e->>. Acesso em: 26 mar. 2013

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Descumprimento de condicionalidades**. Brasília, 2011b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/condicionalidades/advertencias-e-sancoes>> Acesso em: 26 mar. 2013.

CLASSES C e D representam mercado de R\$800 bilhões. **Jornal do Comércio**, Caderno Economia, Porto Alegre, ano 78, n. 117, 10 nov. 2010, p. 16.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil no pós-70. Rio de Janeiro: Anpocs / Relume-Dumará, 1995.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos Bens**. Para uma antropologia do consumo. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

HESPANHA, Pedro; MATOS, Ana. Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, jul./dez., 2000, p. 88-109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a05.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

IVO, Anete B. L. **Viver por um fio**. Pobreza e Política Social. Salvador: Annablume, 2008.

JUSTO, Carolina Raquel D. de M. Direito à Renda Básica de cidadania: um marco na história brasileira. **IHU ONLINE**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, Unisinos, ano 10, n. 333, 2010, p. 13-16. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3291&secao=333](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3291&secao=333)> Acesso em: 26 mar. 2013

\_\_\_\_\_. **Política de Transferência de renda e Cidadania no Brasil**. Implicações Político-Sociais dos Programas Municipais de Renda Mínima a partir do Estudo Comparativo dos Casos de Campinas, Jundiaí, Santo André e Santos (1995-2006). 2007. 424f. Tese (Doutorado em Ciência Política e Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?code=vtls000429038>> Acesso em: 26 mar. 2013

MOREIRA, Zeca. Bolsa Família melhora a saúde do Brasileiro. **Agência Saúde**, Brasília, 1/07/2011. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/2886/162/bolsa-familia-melhora-saude-do-brasileiro.html>> Acesso em: 26 mar. 2013.

REGO, Walquiria G. D. L. Bolsa Família: um direito fundamental. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo. 27 out. 2006.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: Editora da FVG, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Editores Amorrortu, 1974.

SENARC. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Guia de Atuação das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2006.



SILVA, Maria Ozanira da S. e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Social Brasileira no Século XXI**. Prevalência dos programas de transferência de renda. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Josué P. Renda Básica fortalece a autonomia. **IHU ONLINE**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, Unisinos, ano 10, n. 333, 2010, p. 24-26. Acesso em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3295&secao=333](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3295&secao=333)> Acesso em: 26 mar. 2013

SISTEMA financeiro de olho no novo filão. **Jornal do Comércio**, Caderno JCEmpresas & Negócios, Porto Alegre, ano 78, n. 227, 18 abr. 2011, p. 3.

SOUSA, Manuel A. **Maracanaú: História e Vida**. O voo das Maracanãs Auriverdes e o Pousos dos Ventos da Industrialização. Fortaleza: Tropical, 1996.

SUPLICY, Eduardo. Renda Básica de Cidadania. Uma luta pela dignidade e liberdade. Entrevista concedida a Graziela Wolfart e Patricia Fachin. **IHU ONLINE**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos São Leopoldo, Unisinos, p. 11-13, 2010. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3290&secao=333](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3290&secao=333)> Acesso em: 26 mar. 2013

SUPLICY, Eduardo M. **Renda de Cidadania**. A saída é pela porta. São Paulo: Cortez / Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas**, UFMA, São Luis, v. 13, n. 2, jul./dez. 2009, p. 255-264. Disponível em: <<http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19>> Acesso em: 26 mar. 2013

TELLES, Vera da S. **Direitos Sociais**. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**. Avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ZIMMERMANN, Clóvis R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **SUR**. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 3, n. 4, 2006, p. 144-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/08.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013

Recebido em 05/11/2012

Aprovado em 10/01/2013